



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE

"Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento"

-----Aos vinte e nove dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e dezoito minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO DOIS - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA QUE INCLUI A REVOGAÇÃO DOS ARTIGOS TRINTA E DOIS, CINQUENTA E CINQUENTA E TRÊS DA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE TAXAS, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, NÚMERO DOIS, ALÍNEA A) DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO TRÊS - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS ARTIFICIAIS DO CONCELHO DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, NÚMERO DOIS, ALÍNEA A) DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO QUATRO - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS DOIS MIL E DOZE, DOIS MIL E TREZE E DOIS MIL E CATORZE, DO CONCURSO DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO DO CONCELHO DE ALMEIRIM – ANO LECTIVO DOIS MIL E DOZE/DOIS MIL E TREZE, RENOVÁVEL POR UM MAIS UM ANOS, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, NÚMERO DOIS, ALÍNEA A) DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO CINCO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO APRECIÇÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS DOIS MIL E DOZE, DOIS MIL E TREZE, DOIS MIL E CATORZE, DOIS MIL E QUINZE, DO CONCURSO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NO ANO LECTIVO DE DOIS MIL E DOZE/DOIS MIL E TREZE, RENOVÁVEL POR UM ANO, MAIS UM ANO, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, NÚMERO UM, ALÍNEA R) DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

(Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Ana Sofia Casebre; Manuel Botas Soares; Maria José Duarte Serôdio Dias; Manuel Luís da Cruz Bárbara; Luiz Filipe Esteves Neves Inês; Rui



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Manuel Oliveira Pinto Pires; Aquilino Manuel Pratas da Silva; José Rodrigues; Jorge Alexandre Castro Videira Veiga Dias; Ana Rita Campos Fernandes; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; João Miguel Gonçalves Lopes; Domingos Manuel Monteiro Martins; Duarte José Velhais da Mota Cerveira; Susana Margarida Fernandes Mendes; Pedro António Mendonça Ramos; Manuel Virgínia Lourenço; Carla Marina Sousa Jesus Silva; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Alfredo da Silva Trindade (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor Pedro Miguel Ribeiro (Vice-presidente); Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora). José Carlos Silva (Vereador), e Maria de Fátima Rodrigues Pina (Vereadora) e Francisco Manuel Maurício do Rosário (Vereador). -----

Registo de falta do Executivo: José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara Municipal). -----

Registo de faltas da Assembleia: Não se verificaram faltas. -----

Sendo vinte e uma horas e dezasseis minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Boa noite ao Executivo Municipal, Deputados Municipais e público presente. Verifico que existe quórum na Assembleia, estão os vinte cinco deputados que compõem esta Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de Fevereiro de dois mil e doze. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vou começar esta sessão vou dar-vos conta, que há um impedimento do Senhor Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, que não pode estar presente por motivos de saúde. -----

Vamos dar continuidade à sessão, pelo que tudo o que seja questões que queiram colocar ao executivo, agradeço que as façam por escrito, para que as possa fazer chegar ao executivo em tempo certo. -----

Verifico que falta também o Senhor Vice-presidente, que seria o representante legal do Presidente, e que até ao momento não tenho nenhuma justificação para a sua falta. ---

Coloco à consideração da Assembleia para depois podermos votar, a acta da Sessão ordinária do mês de Dezembro de dois mil e onze. Não havendo inscrições, vamos passar à sua votação. -----

----- * **Votação da acta da sessão ordinária do Mês de Dezembro de dois mil e onze.** Aprovada com vinte votos a favor, catorze do grupo do PS, dois do grupo do



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MICA, dois do grupo da CDU e dois do grupo do PPD/PSD. Cinco abstenções, duas abstenções do grupo do PS, duas do Grupo do MICA, e uma do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUEL BOTAS SOARES (Grupo do PS) » » A minha abstenção prende-se com o facto de não ter estado presente na reunião, por motivos atempadamente justificados.

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

ANA RITA FERNANDES (Grupo do CDU) » » A minha abstenção deve-se ao facto de não ter estado presente nessa Sessão da Assembleia Municipal. -----

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA» » Vou passar a dar conta da correspondência recebida. -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de trinta de Dezembro de dois mil e onze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

Adjunta do Presidente da Câmara – Professora Sandra Isabelinha – Ofício a solicitar emissão da certidão de parte da acta da sessão do mês de Dezembro. -----

A propósito deste assunto, a adjunta do senhor Presidente da Câmara para o Desporto, enviou um documento a prestar esclarecimentos a propósito das acusações feitas na passada Assembleia. Este documento é extenso, pelo que se fez cópias para distribuir pelos grupos políticos, de modo a que cada um dos grupos se possa inteirar sobre os esclarecimentos que a Senhora Professora Sandra Isabelinha achou prestar.--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA» » Continuado na leitura da correspondência. ---

IGAL – Inspecção Geral da Administração Local – Ofício a solicitar informação sobre eventuais ilegalidades praticadas na Sessão da Assembleia Municipal de Dezembro, de acordo com queixa apresentada pelo Drº Armindo Castelo Bento. -----

PCP – Partido Comunista Português – Ofício a enviar projecto Lei nº 167/XII – 1ª, relativo ao acesso à televisão digital terrestre. Ofício/convite para audição pública sobre a proposta de Lei do Governo que visa a extinção de freguesias e ofício/circular urgente, relativa à proposta de Lei nº 44/XII – reorganização administrativa territorial autárquica -----

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Ofício a enviar circular sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício com assuntos a incluir na sessão ordinária da Assembleia Municipal do mês de Fevereiro. -----

Justificação de Faltas: Ofício de Samuel Amorim Prôa (Grupo do PS), a solicitar a sua substituição na sessão ordinária de Fevereiro; Ofício de Armindo Castelo Bento (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão ordinária de Fevereiro, Ofício de Fernando Manuel de Oliveira Botas Videira (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão ordinária de Fevereiro. Ofício de Tiago Correia Campos (MICA) a solicitar a justificação e falta para a sessão ordinária de Fevereiro e Ofício de Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha (CDU) a solicitar a justificação e falta para a sessão ordinária de Fevereiro. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite a todos. -----
Gostaria de pedir ao Senhor Presidente da Mesa para consultar a correspondência no final da sessão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para que os Senhores Deputados se possam pronunciar sobre os assuntos de interesse local ou para colocarem alguma questão ao Executivo Municipal. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este Período Antes da Ordem do Dia, não podemos deixar de nos pronunciar relativamente a duas notícias que vimos na imprensa regional. Uma delas, refere que a Câmara perde oportunidade de comprar edifícios dos celeiros de Almeirim. Esta notícia tem a ver com informações, presumimos nós, pelas citações que faz, do Senhor Presidente do Município, pelo que temos que contradizer as mesmas por não corresponderem à verdade. Nesta notícia do jornal "O Mirante", é referido que há duas parcelas à venda nos Celeiros, e que o valor total seria de dois vírgula seis milhões de euros. Anteriormente, por visualização no site de uma conhecida imobiliária em Portugal, esta bancada tinha verificado um preço de tabela para aquele espaço de cerca de setecentos e cinquenta mil euros. ----
Não pode o seu valor ter aumentado dos setecentos e cinquenta mil euros para os dois vírgula seis milhões de euros, em tão pouco tempo e com a crise actual, como tal fomos ver os preços de tabela praticados no mercado para situações equivalentes no município e cidade de Almeirim. Chegámos à conclusão, pelos sites das imobiliárias, que temos preços médios de base entre os quarenta até aos oitenta e seis euros por metro quadrado. Atendendo a esses mesmos valores, se multiplicarmos uma área estimada dos celeiros por essa quantia, aquele terreno valeria aproximadamente seiscentos e cinquenta e seis mil euros. Fizemos simulações através do site das



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Finanças, relativamente à avaliação do património e nessas mesmas avaliações, e utilizando o índice de construção normal para o local, chegamos a valores próximo dos trezentos mil euros e com o índice máximo a valores que rondam os quinhentos e cinquenta mil euros. Fizemos o exercício contrário e calculámos, com dois virgula seis milhões de euros, quanto é que seria o valor por metro quadrado. O preço obtido é de cerca de trezentos e quarenta e dois euros por metro quadrado. Se tomarmos em consideração que os imóveis T2 à venda neste município rondam os setecentos e setenta euros por metro quadrado, e àquele espaço ainda se teria de aplicar custos de demolição, a construção do mesmo e depois alguma margem para a venda e o custo da construção, dá para ver que o valor referido na notícia é claramente inflacionado para aquilo que será o normal do mercado. Para nós aquele espaço terá como solução a eventual compra pelo Município a preços de mercado ou até mesmo, se necessário, considerar uma eventual expropriação. -----

Este espaço já chegou a ser vendido em leilão, teve lá uma placa a indicá-lo, e chegou mesmo a ser leilado. Continuamos a defender a mesma coisa para esse espaço, pois o preço dos dois virgula seis milhões de euros da notícia não corresponde a valores de mercado. Pode-se pedir até dez milhões de euros pelo terreno, obviamente, como acabámos de demonstrar, o terreno não vale isso. -----

Relativamente a outra notícia de um jornal, relativamente ao Silo-Auto, tendo sido PSD um dos primeiros partidos nesta Assembleia a pronunciar-se contra a construção do Silo-Auto, também não podíamos deixar de vir aqui referir que é para nós um motivo de satisfação ver que o Presidente do Município, e o Executivo Municipal, recuaram relativamente a esta mesma obra e que segundo a notícia que aparece na comunicação social já não faz tensões de construir o mesmo. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) » » Boa noite Senhor Presidente e digníssimo executivo, colegas deputado, respeitado publico. -----

Vou fazer uma breve apresentação, embora gostasse muito que o Senhor Presidente da Câmara estivesse presente, uma vez que parte destes comentários seriam dirigidos a ele. Não está ele, está o Senhor Vice-presidente, e constará em acta, para depois se consultar, daí que abdique de fazer qualquer intervenção por escrito dirigida ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Na última Assembleia de trinta de Dezembro fiz duas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara, e uma vez que eram duas perguntas que vinha repetindo ao longo de todo o ano de dois mil e onze, em todas as Assembleias, eu fiz as mesmas perguntas e nunca obtive resposta. Eu solicitei que a resposta fosse dada por escrito, As perguntas



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

eram tão simples quanto isto: Quando é que se previa a repavimentação da Rua do Paço e Moinho Vento em Paço dos Negros e quando é que se previa a inauguração e início de funcionamento dos esgotos em Paço dos Negros. -----

Esperava que a resposta estivesse chegado, mas eis uma vez a resposta não chega. Penso que é uma pena e é uma tristeza que se trate desta forma a democracia, que se trate desta forma os deputados e a própria legislação. -----

Tenho vindo a saber pelos meus vizinhos que vão falando com os trabalhadores da obra, que pelos vistos não vão ser construídos passeios, mas vão ser construídas duas ciclo vias, uma de cada lado da Rua do Paço. Não sei se é verdade, o Senhor Presidente não está aqui para me esclarecer, vou acreditar na informação que vai chegando. -----

Porém, não faz sentido construir uma ciclovia, onde não há espaço para colocar um passeio. Por uma razão muito simples, e vou dar uma exemplo muito pessoal. A minha mãe tem oitenta e dois anos, vê mal, anda mal, ouve mal, e a pequena distracção que ela tem por dia é atravessar a estrada, com os riscos que acarreta, para ir ao estabelecimento em frente a casa. Pergunto; Se for lá construída uma ciclovia, que não é, será um passeio de má qualidade, pintado de vermelho para se chamar de ciclovia, sendo a minha mãe atropelada por um ciclista, eu pergunto; Se é um ciclista que atropela um cidadão que estava na ciclovia ou se um cidadão que é atropelado por um ciclista que circulava no passeio? -----

Recebemos uma carta das Águas do Ribatejo, que nos convida de forma obrigatória a fazer a ligação das águas residuais à rede de saneamento, que pelos vistos vão entrar em funcionamento. Esta é mais uma prova que o senhor Presidente da Câmara sabe a resposta à pergunta que lhe fiz em Dezembro e solicitei que me fosse dada por escrito. Esta carta quanto a mim peca por falta de informação, e penso que é propositado. Diz aqui; “Dentro da área abrangida pela rede de saneamento é obrigatória a ligação de águas residuais ao sistema de saneamento publico. É igualmente obrigatória a desactivação da fossa séptica da habitação. Informa-se igualmente que a partir do mês de maio de dois mil e doze as Águas do Ribatejo dará início à facturação da tarifa de saneamento”. Quer isto dizer, que mesmo que as pessoas não tenham os seus esgotos ligados ao sistema de saneamento, começarão a pagar. Pergunto porque é que não são referidas nesta carta, por exemplo; qual é o custo que tem esta ligação? Porque é que a carta não chega atempadamente para as pessoas se prevenirem economicamente? Há pessoas muito idosas com reformas que não chegam a metade do salario mínimo nacional, para agora lhes aplicar uma verba,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

que penso rondar os duzentos euros. Esta ligação faz todo o sentido por uma questão de saúde pública e protecção do meio ambiente, quando em vinte de Setembro de dois mil e cinco, com fotografias e pessoalmente convidei o senhor Presidente a resolver situações que existiam em Paço dos Negros de despejo de esgotos na via pública. Refiro que não era para perseguir ninguém, era para que a Câmara apresentasse ajudas técnicas, para que as pessoas não tivessem necessidade de fazer tal acto. Falo em dois mil e cinco e voltei a fazê-lo em dois mil e oito. Nesta data a solução foi por funcionários da Câmara, com ordem superior, a canalizar esses esgotos para a Ribeira de Muge. Então essa altura não havia perigo para a saúde pública? não havia o perigo de perda de salubridade? não havia o perigo de prejudicar o ambiente, e neste momento já se verifica? Não sei se o que está em causa é realmente a defesa da saúde pública e a protecção do meio ambiente ou se é da empresa começar a facturar? -----

Em relação a esta empresa, também verificamos desde que foram instalados as condutas dos esgotos, que na Rua da Liberdade em Paço dos Negros e na Rua do Paço em Paço dos Negros, nas zonas mais baixas a água durante o inverno jorra pelas tampas das caixas do saneamento. Se a água jorra é porque ela entra nas condutas, se entra nas condutas é porque a pressão dos Lençóis freáticos é superior à que está no interior. Se ela entra é porque tem de haver uma fissura ou outra porta. Vai-se passar precisamente o contrário quando os esgotos tiverem ligados e se estas condutas, ou seja as fissuras também vão permitir a saída dos esgotos para os lençóis freáticos. Por isso estes esgotos da forma como estão construídos não resolvem o problema da salubridade nem da protecção do meio ambiente. Pergunto, onde andam os senhores engenheiros da empresa que fez a obra? os fiscais da empresa Águas do Ribatejo? os fiscais da Câmara? os senhores Vereadores? Será possível que ninguém vê estas irregularidades? Isto é jogar fora o dinheiro dos contribuintes. É uma obra que vai ter problemas graves de funcionamento, ainda que não visíveis a olho nu. Quero lamentar mais uma vez a vergonha que é para a nossa democracia, que o Senhor Presidente da Câmara não responda a duas ou três perguntas simples que um deputado municipal lhe faz. -----

Nós, MICA, representamos vinte por cento da população. O Senhor Presidente sabe, e talvez seja por isso que não responde, que estes vinte por cento de certeza não votaram nele. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos. Sobre os assuntos de interesse local a Bancada da CDU gostaria de referir e dar a conhecer aos eleitos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

neste mandato, uma recomendação apresentada por nós em dois mil e sete que consistia na atribuição de uma medalha de honra a Cristina Branco. Essa recomendação, na época foi aprovada tanto pelos eleitos na Assembleia como pelo Executivo Municipal, mas, até hoje, infelizmente a Câmara não concretizou aquilo que foi proposto. Através da comunicação social, soubemos que vai haver uma homenagem à artista promovida pelo Rotary Club, que será até realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal, facto que nos deixa muito satisfeitos e felizes. No entanto, seria de distinção, era que para além desta justa homenagem a Câmara Municipal executasse o que foi aprovado no mandato anterior e que em cerimónia adequada entregasse a medalha de honra da cidade a Cristina Branco. -----

Também relacionado com esta situação de Paço dos Negros, e ainda dentro dos assuntos de interesse local, a CDU quer deixar aqui a sua preocupação para com os habitantes de Paço dos Negros. Estiveram todos estes anos à espera das obras de saneamento local, e agora finalizadas as mesmas, são de forma intimidatória, obrigados a fazer as ligações das suas casas à rede, suportando os custos necessários e estando sujeitos à aplicação de elevadas coimas caso não cumpram com esta obrigação. De alertar ainda que os moradores foram informados que a partir de Maio a empresa Águas do Ribatejo irá proceder à cobrança de serviços de saneamento na factura de água. A CDU considera que em tempos de crise, com o desemprego a aumentar, as famílias sem conseguirem fazer face às suas necessidades diárias, é necessário haver respostas sérias honestas e justas, nestas situações, de modo a garantir que ninguém é prejudicado neste processo. -----

LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) » » Boa noite a todos. -----

Trago duas recomendações à Câmara. -----

À primeira é sobre o arquivo histórico que está arquivado na cave. -----

-----Recomendação-----

Por diversas vezes tenho nos últimos meses frequentado o que se pode chamar de Arquivo do Concelho de Almeirim. O mesmo está localizado na cave da Câmara, juntamente com o arquivo morto da edilidade, em condições que não são as desejáveis. Nem porá os documentos, nem para quem os quer consultar, correndo-se o risco, de que desapareçam algumas peças de elevado valor histórico local. -----

Uma outra parte do Arquivo Histórico está na Biblioteca Municipal, devidamente salvaguardado e com boas condições de consulta. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Desta forma, recomendo à câmara Municipal que translade, para as instalações da Biblioteca Municipal, as obras com reconhecido valor histórico, que estão depositadas no Arquivo Geral da Câmara. -----

Alvitro que, em termos temporais, o período abrangido a depositar na Biblioteca, deva abranger o século XIX, até ao ano de mil novecentos e cinquenta. -----

Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e nove de Fevereiro de dois mil e doze. -----

-----Recomendação-----

Considerando a crise económica e financeira que atravessamos. -----

Considerando que todos temos que fazer sacrifícios, voluntariamente, ou não. -----

Considerando a necessidade que o Município tem de reduzir custos certos. -----

Considerando que noutras alturas os membros do executivo a tempo inteiro eram em número mais reduzido. -----

Recomendo que o número de vereadores a tempo inteiro, no Executivo da Câmara Municipal de Almeirim, seja reduzido de um elemento. -----

Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e nove de Fevereiro de dois mil e doze. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O Vice-presidente, vereador Pedro Ribeiro, deseja prestar algum esclarecimento? -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Boa noite a todos. -----

Em relação aquilo que foi dito, gostava que o deputado João Lopes, para além de fazer as contas que fez em relação aos custos do terreno, nos explicasse quais são as formas de financiamento que a Câmara possui, nomeadamente com todas as regras que o seu Governo tem andado a impor às Autarquias. Nós, neste momento estamos a caminho, e quando a Lei dos compromissos começar a funcionar, não comprar um prego. Explique onde é que a Câmara arranja esses valores? -----

O senhor Deputado também sabe que isso não é possível, e também sabemos dois que fica bem dizer isto. Além disso, também lhe queria dizer que o valor que está nos jornais dois milhões de euros, é tão-somente o valor pelo qual aqueles dois terrenos foram vendidos. O primeiro terreno foi vendido por, ainda em contos a uma empresa pública por cento e poucos mil contos o segundo terreno, foi vendido por quatrocentos mil contos, foram esses os valores que por volta de dois mil que o proprietário adquiriu o terreno, e provavelmente esses são os valores que vieram a lume sobre o seu valor.

Também não é verdade comparar o Silo com o terreno, porque se o Senhor Deputado não sabe, devia saber que para construir o Silo há fundos comunitários na ordem dos oitenta e cinco por cento e eventualmente pode ir aos noventa e cinco por cento. E o Senhor deputado também sabe que não há fundos comunitários para adquirir terrenos.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Dizer-se que a Câmara tinha um milhão ou oitocentos mil euros para comprar ou fazer um Silo e não tem seiscentos mil para comprar o terreno não é a mesma coisa, porque as verbas não são as mesmas. -----

Em relação ao Deputado Aquilino Fidalgo, para lhe dizer que o Senhor Presidente não sabia quando é que começava a funcionar a ETAR e consequentemente os esgotos, penso até que ainda não há certezas, visto existir um problema com o fornecimento de energia eléctrica. -----

Sobre os passeios, eles estão a ser feitos. Penso que alguém deve ter dito que os passeios eram parecidos com uma ciclovia. Ninguém falou em ciclovia. Serão passeios que vão favorecer muito a mobilidade, porque sabemos que há realmente pessoas com dificuldade de mobilidade, e obviamente serão passeios que vão ter essa situação em consideração. Sobre as ligações, gostava que indicasse onde é que está alguma ordem do Executivo a mandar despejar resíduos na Ribeira de Muge. Eu, nunca assinei nenhuma, e duvido que alguém o tenha feito. Se há alguma questão com técnica sobre o saneamento, acredito que antes de se dar o início de funcionamento, o sistema terá uma verificação final com é óbvio. -----

Tendo havido um investimento de milhões, que haja ligação à rede de saneamento. -- Sobre a intervenção do Senhor Deputado Pedro Ramos e sobre a medalha de honra, tomou nota. Não me tinha apercebido que a questão era assim, e também entendo que a ser entregue deva ser no próprio município. -----

Sobre o arquivo histórico penso que é possível. Quanto à última questão, é com o Presidente do Executivo. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) » » As ligações que existem para a Ribeira de Muge. Quando o Senhor Vice-presidente quiser ir vê-las, eu mostro onde estão. -----

Em relação à impossibilidade de colocar a funcionar a ETAR tão breve quanto possível, é mais um caso típico de uma obra desta Autarquia. O MICA sempre disse que aquelas obras estava feita em terreno de REN e RAN. Lembro-me perfeitamente durante a campanha eleitoral, que existiam placares a dizer que iam contratar pessoas, não encontrei nenhum placar a dizer que precisavam de comprar terras, Provavelmente haveria outros terrenos mais propícios para construir a ETAR. Em relação à incerteza da data de início de funcionamento da ETAR pergunto: Estão os senhores não sabem quando entra em funcionamento mas já avançaram que vão começar a cobrar o serviço em Maio? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente à intervenção inicial a Bancada do PSD quero questionar onde é que o executivo vai buscar o dinheiro para as obras que se propõe fazer? -----

Queremos acrescentar que os fundos comunitários inscritos no PPI não são os oitenta e cinco por cento citados pelo senhor Vice-presidente, convinha ter algum cuidado, pois o que lá está são oitenta por cento de participação. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Em relação ao Senhor Deputado Aquilino, penso haver uma confusão. O que eu disse é que é necessário lá chegar energia, e que isso depende de autorizações para colocar postos por parte da EDP. O Senhor fez a pergunta em Dezembro, e nessa data provavelmente não havia essa informação. No entanto, se as Águas do Ribatejo enviaram entretanto a carta é porque entretanto a informação chegou no sentido de permitir que as coisas iriam funcionar nessa data. --- Sobre a RAN e a REN, a lei permite a construção de um conjunto de equipamento de interesse público, mas, atendendo a que é uma das exceções que está na Lei, foi possível construir ali a ETAR. -----

Em relação à questão dos oitenta e cinco por cento e oitenta por cento, feliz ou infelizmente, os fundos comunitários, isto é; a sua participação está elevada. Neste momento estamos nos oitenta e cinco por cento. Bruxelas já o aprovou, não sei se já ocorreu a transposição para a nossa legislação, mas o assunto está resolvido e eventualmente podem chegar aos noventa e cinco por cento. -----

Fazendo assim umas contas por alto, se o Silo-auto custar um milhão, nós necessitávamos de cento e cinquenta mil euros, a diferença que resulta dos oitenta e cinco por cento, participado. -----

Para o terreno não existe este tipo de participação. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Esta minha segunda intervenção é para dizer que a Bancada do PSD verifica com agrado que estão no ar os novos sites de três Juntas de Freguesia deste Município, com algumas publicações de documentos previsionais, infelizmente não se está a cumprir integralmente a legislação, pois é necessário carregar esses mesmos sites com mais legislação, relativa à lei das Finanças locais. Só a Junta de Freguesia de Almeirim é que ainda não tem site, no entanto é uma obrigação legal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Um pouco fora da altura certa, vou dar-vos conhecimento de um assunto que me tinha passado, que foi enviado à Assembleia Municipal de Almeirim. Isto é, o Relatório anual das actividades de dois mil e onde da CPCJ. Esta comissão como sabem, desempenha um papel essencial no



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

acompanhamento de crianças e jovens possam estar a ser sujeitas a maus tractos ou outros riscos. Em termos gerais posso dizer que o ano de dois mil e onze foram seguidos o número de casos muito semelhante aquilo que tinha sido no ano anterior e que passaram para o ano de dois mil e doze cerca de sessenta e nove casos activos. É um trabalho difícil, pois nesta fase as condições sociais e familiares que propiciam o desenvolvimento destas situações, no entanto, quem estiver interessado em conhecer mais pormenorizadamente este relatório, ele fica disponível para qualquer deputado que o queira consultar no secretariado da Assembleia. -----

Seguidamente, vamos passar aos votos de louvor, saudação e outros. -----

-----Voto de Saudação-----

Considerando que: -----

A manifestação nacional de onze de Fevereiro foi uma memorável jornada de luta com uma imensa massa de manifestantes que compareceu ao apelo da CGTP-IN condenando de forma clara as medidas de austeridade decorrentes do memorando de entendimento com a Troika estrangeira (EU, FMI e BCE), que são responsáveis por um retrocesso social e civilizacional sem precedentes depois da Revolução de Abril; -----
De dia para dia o Governo do PSD – CDS impõe novas medidas de austeridade que agravam os problemas de país, provocam mais recessão económica e aprofundam a crise; -----

No nosso Concelho de Almeirim, segundo estatísticas do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o desemprego já atingiu até ao final do mês de Janeiro de dois mil e doze, mil quinhentos e trinta e nove habitantes, grande parte entre os trinta e cinco e os cinquenta e quatro anos, sendo o retrato da situação actual do país, que está perante um programa de agressão e que, se não for travado, terá como consequências, a queda do PIB para valor inferior a dois mil e um, bem como à destruição de mais de quatrocentos mil postos de trabalho que afectaram consequentemente o nosso Concelho, elevando a taxa de desemprego para níveis inaceitáveis; -----

Só a ruptura com esta política pode permitir um novo caminho para o desenvolvimento, o crescimento económico e o combate às desigualdades. A saída da crise passa pela exigência de renegociação da dívida, dos prazos e dos juros; por uma política de desenvolvimento que contemple a dinamização do mercado interno; pelo crescimento e criação de emprego; pela valorização do trabalho e pela dignificação dos trabalhadores. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida a vinte e nove de Fevereiro de dois mil e doze, saúda a Greve Geral do dia vinte e dois de Março e todos os trabalhadores na sua luta, pela resolução dos problemas do presente e a construção de um Portugal com futuro, Desenvolvido e Soberano, e apela à sua participação. -----

MARIA JOSÉ DIAS (Grupo do PS) » » Boa noite a todos. -----

Tenho muita dificuldade em saudar uma Greve, pois esta é algo que deve ser individual, pois cada um deve decidir em consciência se deve ou não aderir à participação numa Greve. -----

Destes mil quinhentos e trinta e nove desempregados, o meu marido engrossa este número. -----

Apesar de tudo, saudar um Greve não me parece. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » Esta saudação que foi apresentada tem, como não podia deixar de ser uma componente ideológica forte, de uma maneira de estar e pensar legítima, mas muito diferente daquilo que eu creio é a esmagadora maioria desta Assembleia aqui presente. -----

Nós tivemos um acordo em Sede de Concertação Social com os parceiros disponíveis para negociar, tivemos um acordo que aqui é chamado de programa de agressão com uma Troika, que são um conjunto de países internacionais e da União Europeia, que nos emprestaram dinheiro para nós fazermos face às nossas responsabilidades, para se poder ter dinheiro para pagar até na função pública os ordenados no final do mês. E obviamente, que empresta dinheiro exige determinadas contrapartidas. -----

A expressão de ruptura com esta política e programa de agressão tem tudo a ver com uma lógica de estrar e de ver a sociedade, que é uma lógica que está presente na ideologia da CDU. É uma ideologia que respeita. No entanto penso que nós partidos que estamos presentes e que acreditamos na Liberdade de escolha de cada cidadão, por isso não podemos concordar com tudo o que aqui está escrito. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) » » Devemos admitir que esta saudação está um pouco politizada. Mas, política é isto mesmo, manifestar-mos as nossas opiniões e participar activamente em discussões. Posso não concordar com um ou outro parágrafo que aqui esteja, posso não me rever inteiramente nele, mas também não me revejo na intervenção da Deputada Maria José, quando diz que uma Greve não é algo que nos devemos saudar. Não me revejo inteiramente nele, mas também não me revejo na intervenção da Deputada Maria José. Responsabilidades todos nós temos, a saudação é louvável porque manifesta-se em relação a um direito dos trabalhadores. São direitos básicos que estão a ser postos em causa todos os dias e que demoraram



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

muito tempo a conquistar e com muito sacrifício para muitos trabalhadores. É sempre louvável quando os trabalhadores usam os seus direitos e a greve é um direito que lhes assiste e praticaram-na com civismo e dignidade e isso é louvável. -----

Posso não saber muito de economia, de relações internacionais mesmo de política, mas sei que o actual estado do país não se deve só a uma força política, dos partidos que tem passado pelo governo, nenhum está isento de responsabilidades, mas que se tenha presente que o valor do empréstimo contraído á troika é sensivelmente igual à dívida acumulada nos últimos 6 anos de governação do PS. Como disse, posso não saber muito de política, de economia, mas sei claramente quando os direitos dos trabalhadores estão a ser aniquilados por isso só podia votar favoravelmente o louvor.-

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) » » Gostaria de responder ao senhor Deputado João Lopes. É natural que ele seja o feedback do Governo. O que ele diz, é o que aprendeu com os membros do seu partido. A verdade é que no voto não está dizer para se fazer, diz apenas “apela-se” para que as pessoas façam greve. Quando o senhor diz que as pessoas que aqui estão, na maioria concordam com isso, fale por si, não fale pelos outros. -----

-----Voto de Saudação-----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA o voto de Saudação relativo à Greve Geral de vinte e dois de Março, com oito votos a favor, dois do Grupo do PS, três do Grupo DA CDU e três do Grupo do MICA. Seis votos contra, três do Grupo do PS, um do Grupo do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Onze abstenções do Grupo do PS (Proposta apresentada pelo Grupo da CDU). -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » O Grupo do PPD/PSD votou contra este voto pelas razões políticas nele invocado e não contra qualquer Greve geral. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO » » A minha intervenção é para justificar o meu voto. A Greve é livre, todos nós em democracia somos livres de fazer Greve, o que nos dá o direito de respeitar aqueles que não querem fazer Greve. Por esta razão optei pela abstenção-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MANUEL LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» A minha declaração de voto vai no sentido de que a minha abstenção se deve a que uma Greve deste tipo, não é boa para o país, não é a melhor altura para fazer Greve. Mas, o Partido Socialista só queria fazer austeridade, não queria fazer austeridade ao quadrado nem três vezes. ---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de prestar um esclarecimento sobre um assunto que foi aqui tratado neste período. -----

Num contacto com o administrador das Águas do Ribatejo, fui informado que os munícipes tem de fazer realmente o pedido de ligação. Se o fizerem nos primeiros três meses, presumo, que após terem recebido essa carta, a ligação será efectuada de forma gratuita. A única coisa que as pessoas têm necessidade de fazer é prepara a coisa em casa, de forma a desactivar as suas fossas. Penso que as construções mais recentes já possuem essa preparação feita. -----

Este tem sido o procedimento tomado noutros sítios, e segundo informação do administrador delegado das Águas do Ribatejo, continuará a ser. Penso que este é um esclarecimento importante. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Efectivamente é um esclarecimento importante, pois é dos raros esclarecimentos que não oneram um bocadinho mais as costas do contribuinte. -----

-----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Penso que o ponto é explícito. Se os Senhores Deputados tiverem alguma dúvida que eu possa esclarecer, estarei no final das vossas intervenções disponível para o fazer. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» A informação escrita é sempre mais do mesmo. Ao longo das várias Assembleias registo a falta de informação. Continua a não vir



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

aqui, algo que esteja relacionado com os processos judiciais. Continua a dizer que a Câmara e o Presidente da Câmara que fazem parte da RESIURB, ECOLEZIRIA, TAGUSGAS...mas sobre elas também não temos nenhuma informação. -----

Outros dos pontos que se encontra na informação escrita, e que se vai tornando preocupante e que a CDU tem vindo a falar, independentemente de na última Assembleia a dívida a fornecedores ter baixado, já subiram mais de vinte por cento. ---

Penso que o executivo devia tomar este aumento em consideração e ter mais cuidado com as dívidas a fornecedores, uma vez que são dívidas que as pessoas naturalmente precisam do dinheiro para manobrar a sua vida, por isso quanto mais se dever, menos possibilidades eles têm de o fazer. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » Relativamente à informação escrita e como sempre, iniciamos esta nossa intervenção por dizer que ela não cumpre inteiramente a Lei, porque não estão informados quais são todos os processos judiciais nos quais o Município intervém. De igual forma, as contas associadas e informação financeira sobre as associadas também não se encontra na informação. O que já vai sendo normal, infelizmente. Gostávamos de ver a Lei cumprida, uma vez que ela começou a ser cumprida em algumas Juntas de Freguesia com algumas publicações nos seus sites, como Benfica do Ribatejo, Raposa e Fazendas de Almeirim, pelo que estão no bom caminho. Gostávamos que o Município tomasse esse caminho. -----

Fizemos a verificação relativamente à ALDESC, ÁGUAS DO RIBATEJO e ECOLEZIRIA, pelo que não houve qualquer evolução no que toca a registos. Isto é; a situação mantém-se igual à que existia há dois meses atrás. -----

Queremos dizer também que as dívidas a fornecedores não param de aumentar. De igual forma continuamos a ter saldos bancários muito elevados, que permitiriam reduzir significativamente estas verbas, mas o município prefere ter quase uma vírgula cinco milhões de euros disponíveis, do que propriamente pagar as suas dívidas. Como podem ver, também é aqui que está o dinheiro. -----

Onde fica a falta de dinheiro tem a ver com o que podemos ver no dia catorze de Fevereiro, na execução da Receita e da Despesa. Isto é; as receitas correntes estão abaixo daquilo que são as despesas correntes normais para esta altura. É verdade que ainda é muito cedo para se dizer que isto vai acabar assim o ano, no entanto o défice corrente em que os pagamentos de ordenados, economato...mais correntes tem sido nos últimos anos de forma preocupante, superiores às receitas, gerando aqui um défice corrente, e isto sim, é um verdadeiro problema e é aqui que o dinheiro é consumido. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, pergunto ao senhor Vice-presidente se pretende prestar algum esclarecimento? -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Não senhor Presidente. Estava à espera de alguma pergunta objectiva. Como não foi o caso, não tenho nada a dizer. -----

PONTO DOIS - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA QUE INCLUI A REVOGAÇÃO DOS ARTIGOS TRINTA E DOIS, CINQUENTA E CINQUENTA E TRÊS DA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE TAXAS, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, NÚMERO DOIS, ALÍNEA A) DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Pergunto ao executivo se pretende fazer alguma introdução acerca do ponto dois. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este ponto decorre de um imperativo legal. Cumpriu todos os procedimentos legais. Foi aprovado na Câmara por unanimidade, esteve em inquérito público, voltou à Câmara e neste momento necessita do parecer da Assembleia para entrar em vigor. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para discussão do ponto número dois. -----

Não existem inscrições, vamos passar à sua votação. -----

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E MINUTA a proposta que inclui a revogação dos artigos trinta e dois, cinquenta e cinquenta e três da tabela anexa ao regulamento de taxas. -----

PONTO TRÊS - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS MUNICIPAIS ARTIFICIAIS DO CONCELHO DE ALMEIRIM, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, NÚMERO DOIS, ALÍNEA A) DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes de estarem abertas as inscrições para a discussão do ponto três da Ordem de Trabalhos, pergunto se o Senhor Vice-presidente pretende fazer alguma introdução? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» A mesma resposta que dei há pouco. Este ponto passou na Câmara e está agora na Assembleia para obter o seu parecer, para depois poder ser aplicado. -----

LUÍS INÊS (Grupo do PPD/PSD) »» Muito boa noite a todos. -----

Quando foi proposto nesta Assembleia o projecto de regulamento em Edital, a bancada do PSD apresentou alguns considerandos que ficaram registados na ata de Junho de dois mil e onze, e no qual tentávamos, desta forma, contribuir construtivamente para a alteração de alguns aspectos que na nossa perspectiva não estavam correctos. -----

Quando se faz a alusão, no respetivo preambulo, à necessidade de regulamentar os equipamentos desportivos artificiais de âmbito desportivo e lazer temos que garantir a abrangência do mesmo. Ao falarmos em equipamentos de lazer temos de ter em consideração alguns equipamentos que não estão inscritos neste regulamento, nomeadamente o circuito de manutenção, as pistas de BMX e de skate, que são equipamentos que têm uma utilização predominantemente informal, mas que também deviam estar regulamentados. Outros equipamentos que também aludimos na apreciação que fizemos, nomeadamente os polidesportivos descobertos, estes possuem uma natureza mista de utilização em virtude de serem informais quando são utilizados de forma livre pela população e, de natureza competitiva, quando são utilizados para treinos das modalidades formais ou utilizados pontualmente para jogos desportivos, que também não estão regulamentados. Outro aspecto que na altura referimos, foi que, dos pavilhões polidesportivos cobertos abrangidos neste regulamento só se encontravam o pavilhão Alfredo Bento, pavilhão da Escola Secundária e pavilhão de Benfica do Ribatejo. Contudo, existem outros dois pavilhões que estão a ser utilizados pela população em horário pós lectivo, que é o pavilhão da Escola de Fazendas de Almeirim e o pavilhão da Escola Febo Moniz, com controlo de funcionamento, respectivamente, da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim e pelos serviços de desporto da Autarquia que não estão abrangidos por este documento. Obviamente que quando falamos na utilização destes equipamentos, os seus utilizadores devem ter conhecimento que estes espaços estão regulamentados, tendo em consideração a garantia de segurança das instalações e a segurança dos seus utilizadores. Quando a prática nestas instalações é formal, em matéria de seguro desportivo, os seus utilizadores estão abrangidos pelo seguro das federações desportivas, mas se a utilização for informal a Autarquia é que assume o seguro respectivo. Não havendo nada no regulamento que abranja este tipo de instalações,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

obviamente que todos os utilizadores não são abrangidos pelos seguros respetivos, visto que qualquer seguradora se baseará na inexistência de regulamento de utilização para justificar qualquer assunção de responsabilidades. -----

Esta chamada de atenção foi feita directamente ao Executivo Municipal, pelo que lamentamos que não tenha sido alterados alguns aspectos que entendemos fundamentais para a segurança dos utilizadores, das instalações e respectivos equipamentos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, pergunto novamente ao Senhor Vice-presidente se pretende prestar alguns esclarecimentos? ---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Não senhor Presidente. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar à votação do ponto três da ordem de trabalhos. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA o projecto de Regulamento Espaços Desportivos Municipais artificiais do Concelho de Almeirim, com dezanove votos a favor, dezasseis do Grupo do PS e três do Grupo da CDU. Seis abstenções, quatro do Grupo do MICA e duas do Grupo do PPD/PSD. -----

PONTO QUATRO - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS DOIS MIL E DOZE, DOIS MIL E TREZE E DOIS MIL E CATORZE, DO CONCURSO DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA AS ESCOLAS DO 1º CICLO DO CONCELHO DE ALMEIRIM – ANO LECTIVO DOIS MIL E DOZE/DOIS MIL E TREZE, RENOVÁVEL POR UM MAIS UM ANOS, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, NÚMERO DOIS, ALÍNEA A) DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar ao ponto quatro da Ordem de trabalhos. -----

Pergunto ao Executivo se pretende fazer alguma introdução ao ponto quatro da Ordem de Trabalhos? -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Esta é uma exigência legal, uma vez que se trata da repartição por vários anos económicos deste custo. -----

Este é um concurso que vai decorrer, e apenas será adjudicado, caso se mantenham



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

as mesmas condições de funcionamento até aqui, ou seja; caso o Governo continue a disponibilizar a transferir verba para esta actividade. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas a inscrições para a discussão do ponto quatro. -----

ANA RITA FERNANDES (Grupo da CDU) »» Em relação a este ponto a CDU tem várias considerações a fazer. -----

Começamos pelo facto de nada sabermos como foi a sua votação na reunião de Câmara, porque a proposta não traz a minuta anexada, aquando da sua aprovação pelo executivo, e assim mais uma vez os procedimentos legais não foram cumpridos. A CDU tem constantemente alertado para esta lamentável situação, representativa dos atropelos democráticos que se fazem nesta autarquia. Dizer ainda que questionamos o motivo da apresentação desta proposta agora na Assembleia Municipal É que em dois mil e dez a quando da abertura do outro concurso para a prestação dos serviços das AEC o mesmo procedimento não se verificou, nada veio a este órgão para ser discutido e aprovado. -----

Em relação aos valores apresentados na proposta e fazendo um cálculo geral, aos meses do ano lectivo, verifica-se que o valor por mês não é igual em dois mil e doze e dois mil e treze. Qual é a justificação para isso? -----

De referir também, que no orçamento de dois mil e doze, aprovado na última sessão, o valor referido na rubrica para as AECs é de duzentos e cinquenta mil, o que é superior ao apresentado, mesmo somando dois mil e doze com dois mil e treze. Também não está no orçamento as despesas previstas para os anos seguintes que este concurso abrange. -----

A CDU tem dúvida que o ensino destas actividades tenha de ser através da prestação de serviços por empresas, onde os jovens professores estão na sua grande maioria sujeitos a situações precárias de emprego. -----

LUIZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) »» Antes de mais, congratulamo-nos com a existência das actividades extracurriculares, esperando que elas continuem, visto terem um objetivo fundamental em termos de intervenção educativa. Não nos podemos esquecer que este tipo de atividade extracurricular, designada de atividade físico desportiva tem um intuito formativo ao nível de iniciação ou de fomento desportivo, pena é que a sua participação seja de carácter facultativo, o que limita obviamente a abrangência deste tipo de intervenção. -----

Contudo, e tendo em consideração o cessar do apoio que a Autarquia prestava às escolas do primeiro ciclo ao nível da cedência de técnicos de desporto para que a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

lecionação dos conteúdos curriculares de Expressão Físico-Motora fosse uma realidade, apoio este que tem sido uma realidade vai para vinte anos, temos, obviamente outra leitura relativamente à fundamental importância que este apoio se reveste. Fazendo um bocadinho de história relativamente a este tipo de intervenção efetuada pela Autarquia, numa fase inicial em que as escolas do primeiro ciclo eram independentes e possuíam um coordenador por cada escola, essa intervenção foi efetuada com a respetiva anuência dos coordenadores. Pautavam-se por algumas insuficiências e algumas dificuldades, quer em termos de recursos quer em qualidade pedagógica, pois os técnicos da Autarquia que intervinham não tinham formação pedagógica nem técnica para o fazer. A uma determinada altura, e fazendo jus à ação da vereadora da educação Helena Maurício, constatamos um grande interesse na mudança desse tipo de intervenção, período no qual foi lançado o projeto de iniciação à natação ao nível do primeiro ciclo do ensino básico. Primeiro porque é uma atividade que faz parte do currículo, para além de que era uma atividade que tinha pertinência em ser oferecida aos alunos em virtude de nessa altura terem sido abertas as piscinas municipais. Para além do aspeto pedagógico, teve igualmente uma importância social e de segurança, pois como todos nós sabemos, uma das grandes causas de morte na população infantil é o afogamento. Neste âmbito a Vereadora Helena Maurício também tentou inverter esse tipo de intervenção, passando essa responsabilidade para o Ministério da Educação através da DREL, no garantir da afetação de docentes para as escolas do primeiro ciclo. Mais recentemente, para o efeito, foram utilizados técnicos da ALDESC para intervir, concordando inteiramente visto que esses técnicos tinham qualificação adequada para lecionar ao nível do primeiro ciclo. De referir que a partir do momento em que entraram em funcionamento os agrupamentos escolares, a Autarquia continuou a intervir ao nível do primeiro ciclo, à revelia dos conselhos pedagógicos dos agrupamentos. Obviamente que após a extinção dessa empresa municipal e os técnicos terem sido despedidos, a Autarquia deixou de ter quem fizesse essa intervenção. A Autarquia só após essa situação, pasme-se, é que descobriu que essa intervenção não era da sua competência, mas sim dos docentes que lecionam esse nível de ensino. É efetivamente verdade que o primeiro ciclo funciona em regime de monodocência, por conseguinte são os docentes que têm de lecionar a área curricular de expressão físico-motora, para além de outras áreas das expressões, nomeadamente a expressão plástica e expressão musical. Contudo, pelo facto de esta intervenção ser considerada na lei de natureza especializada, permite que exista uma situação chamada de apoio coadjuvado, possibilitando a intervenção de outros



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

técnicos com formação adequada nesse nível de ensino. Por conseguinte a justificação dada pelo Executivo em terminar com esse tipo de apoio não tem validade. O PSD acha importante esse tipo de intervenção, pelo que fazemos a seguinte proposta. Tanto quanto sabemos, agora que a atividade terminou, o PSD propõe, sugere, que em vez de se gastar duzentos e cinquenta mil euros nas atividades extracurriculares, se utilize esse dinheiro para contratar professores e depois cede-los aos agrupamentos escolares, para que possam, na sua gestão pedagógica, cumprir os programas do currículo nacional. Complementarmente e em virtude das áreas extracurriculares serem igualmente importantes para a formação dos nossos alunos, porque não utilizar, como contrapartida, ao apoio em forma de subsídio prestado pela Autarquia ao associativismo (desportivo, musical) do concelho? Porque não tentar fazer com que seja o associativismo a dinamizar as atividades que estão no seu âmbito junto das escolas? Era uma forma destas associações tão uteis na intervenção social começarem a entrar nas escolas para poderem levar junto das crianças as suas atividades, garantindo assim sua participação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Pergunto ao senhor Vice-presidente se pretende intervir neste ponto? -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Se me permite, e para sanar o atropelo democrático, informar a senhora Deputada, que este assunto foi aprovado por unanimidade em reunião do Executivo. Este ponto vem à Assembleia porque decorre da obrigatoriedade da Lei, visto que se trata da repartição por vários anos económicos desta verba. Provavelmente o concurso a que se estava a referir não havia essa necessidade. -----

Depois de ouvir os dois Deputados, tenho de concordar com algumas coisas. Também acho que podiam haver alternativas à prestação de serviços através das empresas. O problema é encontrar uma solução para essas alternativas, ou seja, defendo há muito tempo que estas actividades deviam estar inclusivamente integradas no curriculum normal. Acho que elas deviam ser ministradas por um conjunto de docentes do agrupamento, seria muito mais lógico. Há casos como o inglês, onde os alunos do primeiro ciclo aprendem, e depois chegam ao quinto ano e depois ficam com outro problema, por entender que isto devia ser tudo integrado. -----

Em meu entender é fundamental nós termos estas actividades, espero, como disse, que o Governo continue a disponibilizar as verbas para que isso aconteça. Sem essas verbas não é possível à Câmara continuar a ter estas actividades. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre a proposta que o Senhor Deputado Luiz Inês fez, não tenho nada contra, mas tem de propor ao Governo para fazer umas alterações á legislação, e aí, conseguiremos integrar tudo isto com melhorias pedagógicas. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta de repartição de encargos pelos anos dois mil e doze, dois mil e treze e dois mil e catorze, do concurso desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular para as escolas do 1º ciclo do concelho de Almeirim – ano lectivo dois mil e doze/dois mil e treze, renovável por um mais um anos com vinte e dois votos a favor, dezasseis do Grupo do PS, quatro do Grupo do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Três abstenções do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

LUIZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) A nossa votação a favor, prende-se com a importância destas actividades e continuidade destas actividades. -----

ANA RITA FERNANDES (Grupo da CDU) »» A CDU absteve-se, porque mesmo reconhecendo que as AECs são importantes nas escolas, como complemento curricular, não consideramos que o procedimento escolhido por concurso público internacional seja aquele que melhor possa garantir a qualidade da prestação do serviço no ensino das nossas crianças. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» vamos passar ao último ponto da Ordem de Trabalhos, o ponto cinco. -----

PONTO CINCO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO APRECIACÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELOS ANOS DOIS MIL E DOZE, DOIS MIL E TREZE, DOIS MIL E CATORZE, DOIS MIL E QUINZE, DO CONCURSO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NO ANO LECTIVO DE DOIS MIL E DOZE/DOIS MIL E TREZE, RENOVÁVEL POR UM ANO, MAIS UM ANO, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS, NÚMERO UM, ALÍNEA R) DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Pergunto ao senhor Vice-presidente se pretende intervir e prestar alguns esclarecimentos adicionais sobre este ponto? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Não tenho mais nada para informar, as condições são idênticas ao do ponto anterior. Estou à disposição para algum esclarecimento. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições para quem se queira pronunciar sobre este ponto. -----

ANA RITA FERNANDES (Grupo da CDU) »» A apresentação desta proposta à semelhança da anterior, não traz a devida informação. Os eleitos neste órgão não sabem como a mesma foi votada na reunião de Câmara. Mais uma vez os procedimentos legais não foram cumpridos, facto que a CDU lamenta uma vez mais e condena. São situações que deviam levar à retirada dos pontos na nossa opinião. -----
Em análise ao que está em discussão, a CDU gostaria de saber com que entidade é feita a repartição de encargos e como será feito o fornecimento das refeições. Já agora, por que razão aqui entra a Central de Compras Electrónica da CIMLT? Pois na nossa opinião as centrais de compras ao adquirirem em economia de escala promovem concursos direccionados na maioria para as grandes empresas, visto serem as únicas a conseguir responder ao volume de encomenda pretendido, o que acaba por deixar de lado toda rede de pequenos e médios empresários do Concelho e do Distrito que podiam concorrer. Esta proposta apresenta despesas com o fornecimento de refeições escolares que à semelhança da anterior também não está devidamente orçamentada. O valor para dois mil e doze é bastante superior ao indicado, e para os restantes anos nada é indicado. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não há mais inscrições? -----

Se o senhor Vice-presidente quiser prestar algum esclarecimento a favor de o fazer. ---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Senhor Presidente, nós vamos naturalmente lançar o concurso, precisamos da autorização desta Assembleia, e como tal não podemos dizer com quem é que vamos trabalhar, pois isso assim não era um concurso, dizíamos que íamos fazer um ajusto directo. Como nós não o podemos fazer, por isso essa é uma questão que não se põe. -----

Também foi aprovado na Câmara, por isso penso que assim fica sanada a questão, mas gostaria de lhe dizer que este concurso da CIMLT está a ser utilizado neste caso como já foi numa serie deles. Na última Assembleia veio aqui um conjunto de procedimentos legais no sentido de promover esses concursos. O objectivo naturalmente é a economia, mantendo obviamente a qualidade. -----

Chegamos a fazer concursos individuais para agrupamentos no nosso Concelho, e aquilo que se passou foi que as empresas que ganharam esses concursos continuam



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

a ser empresas nacionais- Se me perguntar se eu gostava de ter outro sistema, gostava. O problema é que não consigo. Já lá vai o tempo em que nós conseguíamos ter cantinas em todas as escolas, que funcionavam muito bem, com a colaboração dos professores, mas nessa altura tínhamos mais gente, os professores estavam disponíveis para fazer isso. Hoje as regras da ASAE, da alimentação infantil e daquilo que tem de existir impede-nos de o fazer. -----

Só temos duas hipóteses. Ou fazemos os concursos e funcionamos desta forma ou então não fazemos. Eu acho que a alimentação das crianças é fundamental, e daí esperar o voto favorável da vossa parte. -----

VEREADOR ARANHA FIGUEIREDO »» Gostaria de intervir sobre este ponto se possível, para esclarecer alguns detalhes. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Por norma não há lugar a intervenções dos vereadores. -----

Não estou certo da votação -----

VEREADOR ARANHA FIGUEIREDO »» Essa proposta não foi à Câmara. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhor Vice-presidente, se efectivamente se confirmar que a proposta não foi à Câmara, teremos de a retirar da Ordem de Trabalhos. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Senhor Presidente. Estão aqui a informar-me que atendendo que este é um concurso promovido pela CIMLT através da central de compras, primeiro tem de vir à Assembleia para depois as peças em concreto poderem ir à Câmara. -----

VEREADOR ARANHA FIGUEIREDO »» Não quero entrar em polémica consigo senhor Vice-presidente, mas a Assembleia só pode votar propostas oriundas da Câmara. Nenhum membro individual do Executivo pode apresentar propostas à Assembleia. É a Câmara que as aprova. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Senhor Presidente, posso intervir? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Sim, se faz favor. -----

Atendendo que, e não sabendo se isto pode ser feito desta forma, nós só vamos ter Assembleia Municipal novamente em Abril, atendendo a que este é, pela natureza do concurso avultado, que demorará o seu tempo, atendendo à informação que nos foi transmitida pelos técnicos, caso o procedimento não seja mais correcto, naturalmente o concurso não avançará. De acordo com os dados que tenho, solicitava à Assembleia que aprovasse ou não este concurso, com esta ressalva; caso a informação que nos foi dada pelos técnicos não seja a mais correcta, naturalmente que ele não tem



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

validade, pelo que terá de regressar. Neste momento não é não fazer fé naquilo que o senhor Vereador Aranha Figueiredo nos diz, mas naturalmente atendendo que tenho uma informação dos nossos técnicos que é assim, gostaria de seguir essa informação.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » O Senhor Vice-presidente vai-me desculpar mas eu acho que a Assembleia não se pode pronunciar, votando favoravelmente ou não favoravelmente uma proposta condicionada. Se for necessário, convocaremos uma Assembleia extraordinária na qual faremos a discussão e a aprovação da proposta já devidamente instruída e estudada. -----

Senhor Vice-presidente, se não se importar, a mesa consideraria retirar este ponto, que ficaria, se necessário para uma Assembleia extraordinária. Assim, colocaria à apreciação do plenário se retirávamos ou não este ponto da ordem de trabalhos. -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA » » Se me der trinta segundos, eu ia pedir-lhe apenas cinco minutos de interrupção dos trabalhos para podermos falar com os nossos técnicos, porque eventualmente pode-nos estar a escapar alguma coisa. Penso que a Assembleia não perderá nada com esses cinco minutos, até porque podemos evitar uma Assembleia extraordinária. -----

Uma Assembleia extraordinária em tempos de austeridade, estes cinco minutos pode significar muito. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Aceito, pois parece-me sensato. Faremos um pequeno intervalo de dez minutos. Nesse tempo vamos procurar encontrar a informação necessária para podermos decidir em consciência. -----

----- (Intervalo) -----

----- (Regresso ao trabalhos após um intervalo de dez minutos) -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA » » Na consulta que fizemos aos técnicos, dizem que o primeiro acto é o acto da Assembleia Municipal aprovar essa repartição por vários anos económicos. Entendem eles, técnicos, e é o procedimento que está a ser feito em toda a Comunidade Intermunicipal onde há concursos desta natureza, porque atendendo à dimensão das autarquias, pode haver uma ou outra onde os valores sejam inferiores aos cem mil euros, por isso não necessitarem desta autorização da Assembleia Municipal, portanto o procedimento que está a ser feito em toda a comunidade intermunicipal, e estamos a falar de onde autarquias. É neste sentido, ou seja, primeiro a assembleia Municipal aprova esta repartição de custos pelos vários anos económicos, e só a partir dêem é que há lugar ao procedimento seguinte. -----

Entendem eles, uma vez que nada na Lei diz que é a Câmara que tem de tomar o primeiro passo, portanto, não é a Câmara que tem de fazer nenhum procedimento. Este é o entendimento de todos os técnicos com quem falei, e é o entendimento dos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

vários juristas que colaboram com a comunidade intermunicipal. -----

Apesar de ter total confiança nos técnicos com quem falei, naturalmente, deixo à consideração da Assembleia aquilo que entenderem por bem. -----

VEREADOR ARANHA FIGUEIREDO » » Posso intervir senhor Vice-presidente? -----

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA » » Excepcionalmente autorizo que o faça. -----

VEREADOR ARANHA FIGUEIREDO » » Os esclarecimentos que o Senhor Vice-presidente trás não convencem, porque tudo o que disse é verdade, porém nada alterava esse procedimento que acaba de dizer se a Assembleia tivesse a votar uma proposta que tinha ido à Câmara. Porque há uma Lei que estabelece que as Assembleia só podem apreciar, votar ou rejeitar propostas vindas da Câmara. Isto decorre da Lei cinco - A. Este é um procedimento geral. A Assembleia só pode aprovar proposta que sejam oriundas da Câmara. -----

O restante, são recomendações e outras. -----

Esta proposta não foi à Câmara. -----

Chamo à atenção, porque o concurso pode ir todo ao “galheiro”, e estamos a falar de um concurso internacional organizado pela CIMLT., por um procedimento errado. -----

Mas a Assembleia toma a decisão que achar que deve tomar. -----

Não estou a obstaculizar nada, estou simplesmente a chamar à atenção que o concurso pode ir todo por “água abaixo”. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) » » Tendo em conta as várias questões que foram levantadas, e não desconfiando de ninguém, nós não estamos em condições de votar esta proposta. -----

Parece-nos que só o Senhor Vice-presidente, na qualidade de proponente, tem condições para a manter ou retirar. De qualquer forma, e falo por mim, se for necessário uma reunião extraordinária para resolver este assunto, eu abduco da minha senha de presença. -----

RUI PIRES (Grupo do PS) » » Para nós podermos votar este ponto falta só aqui um carimbo, que era aquele que devia ter vindo da reunião de Câmara, que não foi, a dizer assim; “enviar à próxima Assembleia para deliberação”. O não ter ido à Câmara, nada nos garante que estes valores e o que está aqui se basei em algo correcto e concreto. Por isso, só devemos e podemos votar os assuntos que vierem via Executivo Municipal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Vou dar a palavra pela última vez ao Senhor Vice-presidente para depois decidirmos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Como disse, os técnicos com quem falei tem a sua opinião e aquilo que estamos aqui a falar é apenas e só autorizar a repartição, pois a partir de agora tudo passa na Câmara, o caderno de encargos, o programa de concurso, tudo é algo que terá de ir à Câmara. A diferença aqui, como é estimada o valor superior a cem mil euros. Entendem os técnicos desta forma e acho que é assim que a CIMLT está a proceder. -----

Se o Senhor Presidente da Assembleia entender que não estão reunidas as condições, eu não tenho problema nenhum em retirar a proposta, no então, acho que vamos perder algum tempo. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhor Vice-presidente como deve calcular, eu gostaria de me sentir confortável com qualquer das decisões que tomasse, e em consciência não vou ficar. Portanto, eu gostaria de uma almofada para poder decidir, como tal vou por à consideração do plenário se votamos ou não votamos este ponto?

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA »» Peço desculpa interromper a votação. Se o Senhor Presidente não se sente confortável e se há aqui um conjunto de elementos que estão a manifestar dúvida, eu não faço disto nenhum “ficam pé”, a Câmara retira a proposta e poupo-lhe a votação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Nesse caso o ponto cinco é retirado da Ordem de Trabalhos. -----

PERÍODO DO PÚBLICO

(Artigo vigésimo sétimo) -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes de entrarmos no período destinado às intervenções do público, gostaria de deixar um apelo à Assembleia, para que os senhores Deputados pensassem e decidissem se estavam disponíveis para ceder a sua senha de presença em favor do Fábio Castelo, em relação ao qual existe neste momento uma campanha destinada a angariar fundos, de forma a ajudar a resolver um grave problema de saúde. Os senhores Deputados que estiverem disponibilizados, informe o Secretário da Assembleia, que abdica da sua senha de presença desta sessão, por forma a fazermos chegar o montante apurado à família Castelo. -----

Dou agora a palavra ao Senhor Samuel José Rodrigues Tomé, residente em Paço dos Negros, que pretende pronunciar-se sobre um assunto que de certa maneira já aqui foi hoje aflorado, porém vamos ouvir a intervenção do Samuel, de modo a sabermos em concreto ao que ele se pretende referir. -----

Antes de terminar a Sessão, ausentou-se, não voltando a retomar o lugar de deputado municipal o senhor Manuel Luís da Cruz Bárbara. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

SAMUEL RODRIGUES TOMÉ »» Boa noite a todos os presentes. -----

A razão da minha intervenção, como o Senhor Presidente da Assembleia referiu, prende-se com uma notificação recebida, no meu caso, na passada semana, pelas Águas do Ribatejo. -----

Sou munícipe em Paço dos Negros, e em dois mil e nove a minha terra entrou em obras para ser construída a rede de saneamento, obra entretanto concluída. -----

A missiva, quase sob a forma de ultimato informa da obrigatoriedade de fazer a ligação à rede de saneamento e à desactivação da fossa séptica, assim como a partir de Maio do corrente ano a facturação da tarifa de saneamento na factura de água. Deste modo, venho falar do meu caso em particular, acreditando no entanto que será em parte o caso da restante população. -----

A rede de esgotos da minha habitação não dá cota para a ligação à rede pública, além de que tenho fossa séptica instalada nas traseiras e não na frente junto à estrada. Para mim, que não sou especialista no assunto, acredito que exista uma solução que desconheço. No entanto, tenho consciência que essa solução seja bastante dispendiosa. Apesar de eu e a minha família vermos a necessidade e a importância desta infra-estrutura, ela não foi pedida por nós e o problema da ligação à rede pública também não foi criado por nós, pelo que a eu ver os custos terão de ser suportados pela empresa e não por nós. Posto isto, venho solicitar à Autarquia e à Assembleia Municipal a defesa dos interesses dos seus munícipes nesta situação fazendo não só pressão junto da empresa Águas do Ribatejo para que seja a empresa a suportar os custos de ligação, bem como não aplicar a cobrança de taxa de saneamento nas facturas de água até a situação se encontrar resolvida. Gostaria ainda de frisar que sei que este assunto não é competência da Câmara, mas, como disse, é seu papel defender os munícipes, além de que o Município é accionista das Águas do Ribatejo assim com o seu Presidente é Presidente da Câmara Municipal de Almeirim são a mesma pessoa. -----

Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Julgo que de certa maneira houve uma resposta parcial para algumas das questões que o Senhor Samuel Tomé levantou, no entanto, pedia-lhe que nos fizesse chegar a sua intervenção, de modo a que a Assembleia possa enviar ao Executivo, para depois lhe dar-mos uma resposta por escrito -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, dou por terminada esta sessão. -----

Boa noite senhoras e senhores. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Às vinte e três hora e sete minutos do dia vinte e nove de Fevereiro de dois mil e doze, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
